
1 **CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS – CTAS**
2 **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**
3 **ATA DA 57ª REUNIÃO**
4

5 Data: 28 e 29 de agosto de 2007.

6 Local: Praça Demóstenes Avelino, 1767 – Centro – Teresina/PI, CREA-PI.

7
8 **REPRESENTANTES:**

9 • **Ministério do Meio Ambiente/SRHU**: Laestanislaua Sousa da Silva –
10 laestanislaua.silva@mma.gov.br

11 • **Ministério do Meio Ambiente/ANA**: ausência.

12 • **Ministério da Saúde**: Otávio Nogueira Matias - otavio.matias@finasa.gov.br

13 • **Ministério de Minas e Energia**: ausência.

14 • **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – MG/ES**: Maria Luiza Silva Ramos –

15 maria.ramos@igam.mg.gov.br

16 • **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – PE/PB**: Waldir Duarte Costa -

17 wdcosta@ibest.com.br

18 • **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RN/AL**: Orneles Neves Figueira Filho -

19 orneles@rn.gov.br

20 • **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – PR/MT**: Nédio Carlos Pinheiro (CERH-MT) -

21 nedio@terra.com.br

22 • **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – BA/CE**: Luiz Henrique Guimarães Batista -

23 batista@srh.ba.gov.br

24 • **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – SP/RJ**: Elcio Linhares Silveira –

25 elsilveira@sp.gov.br

26 **Indústrias**: ausência.

27 • **Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**: Elza

28 de Abreu Costa – elza.abreu@cesan.com.br

29 • **Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo**: ausência.

30 • **Irrigantes**: Wilson A. Bonança - wbonanca@srjundiai.com.br

31 • **Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas**: Osmar José

32 Gualdi - comitepardo@serhs.sp.gov.br

33 • **Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa**: João Carlos Simanke de Souza –

34 jsimanke@terra.com.br

35 • **Organizações Não Governamentais**: Morrow Gaines Campbell III - gaines@vitaecivilis.org.br

36

37 **DEMAIS PRESENTES:**

38– Avelar Damasceno Amorim (AEAPI) - aeapi@bol.com.br

39– Benício Alves Neto (CREA-PI) - benicioalvesneto@hotmail.com

40– César Negreiros Barros Filho (GEOMIL) - cnegreiros@uol.com.br

41– Danieli Lima Rocha (FONASC.CBH) - danieli@h2ong.org.br

42– Eduardo Bessa (PETROBRAS) - embessa@petrobras.com.br

43– Eduardo Pereira de Albuquerque Martins (GVISA/FMS)

44– Eugênio Rosa de Oliveira Ribeiro (IBAMA-PI) - pratasf@uol.com.br

45– Fabiano Córdula Dias (CODEVASF) - fabiano.dias@codevasf.gov.br

46– Francisco Assis de Sousa Leal (CREA-PI) - eng.leal@oi.com.br

47– Gerardo Pires de Sousa (Sindicato dos Trabalhadores Industriais Urbanos do Estado do

48 Piauí) - sintepi@gmail.com

49– Jarbas Pereira de Araújo (DER)

50– João Clímaco Soares de Mendonça – Conselheiro – (ONG) - climaco@uai.com.br

51– José Borides de Sousa Araújo (CREA-PI) - adsbrito@yahoo.com.br

- 52– José Raimundo Neto (CREA-PI) - joseraimundo301@yahoo.com.br
53– Luciano Lima - jluciano.lima@hotmail.com
54– Maria do Socorro Gomes Araripe Seabra (CREA-PI) - socorroseabra@gmail.com
55– Oneida Barros Bezerra (APIAPE) - oneida@ufpi.br
56– Paulo Roberto Rebelo Lages (SEMAR) - prrlages@oi.com.br
57– Plínio Valente Ramos Júnior (AEAPI)
58– Ronildo Castelo Branco da Silveira (CREA-PI) - ronildocbs@hotmail.com
59– Thereza Christina Pereira Castro – conselheira – (FONASC.CBH) -
60 tcspecastro@yahoo.com.br

61

62 **RELATORIA:**

- 63- Daniel Martinelli Duarte (SRHU/MMA) - daniel.duarte@mma.gov.br

64

65 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

66Às 9h do dia 28 de agosto do corrente ano, o **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)**, Presidente
67da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, deu início à sua 57ª reunião. Deu bom dia a
68todos, agradeceu a presença e pediu aos participantes que se apresentassem. Em seguida, chamou
69o **Sr. José Borides de Sousa Araújo (CREA-PI)**, presidente do CREA-PI, que fez uma
70apresentação geral e agradeceu o interesse da CTAS/CNRH na gestão das águas subterrâneas. O
71**Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** disse que a CTAS possui a preocupação de fazer reuniões
72nos estados para presenciar a situação do gerenciamento dos aquíferos, tendo o cuidado da águas
73subterrânea ser um bem estadual. Fez um histórico de como se organiza o conselho e como ele
74delibera e como tem funcionado a reunião da Câmara. Indicou a inversão da pauta para o **Item 3**
75– ***Apresentação sobre Gestão de Águas Subterrâneas no Estado do Piauí*** devido a outros
76compromissos dos apresentadores. O **Sr. Milciades Gadelha de Lima (SEMAR-PI)** e o **Sr.**
77**César Negreiros Barros Filho (GEOMIL)** apresentaram a situação da gestão de águas
78subterrâneas no estado do Piauí, as dificuldades enfrentadas e a atuação da SEMAR na questão.
79O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)**, ao final das apresentações, abriu a palavra aos
80presentes. O **Sr. Milciades Gadelha de Lima (SEMAR-PI)** expôs que 98% das outorgas para
81uso de águas subterrâneas estão com seus processos em dia e o expressivo registro de 1200
82poços na região de Teresina. O **Sr. Waldir Duarte Costa (CERH-PE)** falou da importância de
83uma lei específica para regular o uso devido a alta demanda existente. Denunciou a deficiência
84no monitoramento dos aquíferos e comparou com a realidade Argentina que, a 40 anos, fã-lo
85com resultados muito satisfatórios em preservação de quantidade e qualidade de água. Relatou
86que há necessidade eminente de estudos complementares sobre aquíferos. Falou favoravelmente
87sobre a integração entre o licenciamento ambiental e a outorga prévia ou outorga feita pela
88SEMAR-PI. O **Sr. Milciades Gadelha de Lima (SEMAR-PI)** disse que os processos de
89licenciamento e outorga se iniciam simultaneamente. Falou que estão com 140 processos de
90outorga parados devido a falta de pessoal qualificado para emitir pareceres sobre esses
91processos, mas estão em busca de verbas para sanar essa deficiência. O **Sr. Wilson A. Bonança**
92**(IRRIGANTES)** disse que a integração entre gestão do meio ambiente e gestão de recursos
93hídricos é um avanço na integração de procedimentos. O **Sr. Paulo Lages (SEMAR-PI)** relatou
94que o nível dos aquíferos diminui mais de 1 metro por ano devido sua exploração. O **Sr.**
95**Milciades Gadelha de Lima (SEMAR-PI)** complementou dizendo que se gasta muita água
96proveniente de poços no estado, cerca de 470 litros por habitante. Disse que foram pedidos
97recursos ao estado para a confecção do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Falou sobre a
98necessidade de instituição do comitê do Rio Parnaíba, proposição de seu Plano e do ajustamento
99do mapa hidrogeofísico estadual. O **Sr. Morrow Gaines Campbell III (ONG)** perguntou se o
100fundo estadual de Recursos Hídricos está sendo alimentado. O **Sr. Milciades Gadelha de Lima**
101**(SEMAR-PI)** respondeu que o fundo está sendo alimentado conforme as outorgas são
102concedidas. Falou que existe projeto para cinco hidrelétricas na região que aumentará a fonte de

renda para o Comitê de Bacia a ser criado e, conseqüentemente, para o Fundo. O **Sr. Nédio Carlos Pinheiro (CERH-MT)** perguntou sobre qual a profundidade dos poços e qual a situação da parte física dos equipamentos de tamponamento. O **Sr. Paulo Lages (SEMAR-PI)** respondeu que os maiores poços possuem de 180 a 200 metros. Acrescentou que a SEMAR-PI possui apenas 128 mil Reais para fiscalização dos poços. Disse que estão fazendo uma etapa de microfilmagem e aumento da sapata de concreto para tamponamento. O **Sr. Gerardo Pires de Sousa (STPUE-PI)** agradeceu e parabenizou o investimento em projetos de contenção de água de chuvas para sua utilização e falou da importância de se fazer barragens para abastecimento e irrigação. Se disse preocupado com a possibilidade de transposição do rio Parnaíba. O **Sr. Milciades Gadelha de Lima (SEMAR-PI)** disse que serão feitas 12 adutoras e umas delas será exclusiva dos 8 municípios com maior deficiência de abastecimento. Falou que a política é a utilização de carros pipa que ocorre em 33 pontos de distribuição. Relatou que a cada ano o índice de chuvas é menor, e o período de estiagem é de 9 meses. Disse que a SEMAR-PI tem disponibilidade financeira de 32 milhões para a construção de barragens. O **Sr. César Negreiros Filho (GEOMIL)** disse existir muitos poços e muitas perfuratrizes em funcionamento no estado. Falou que é muito fácil contratar a perfuração de um poço, normalmente, feito sem estudos nem critérios. Disse que a SEMAR-PI não consegue fiscalizar, devido a falta de pessoal, inclusive poços feitos na área de recarga. O **Sr. Osmar José Gualdi (COMITÊS)** relatou que a perfuração clandestina acontece em todo lugar. Alertou que as ferramentas para evitar esse fato são a efetiva fiscalização e a aplicação de pesadas multas. Falou também que o cadastramento só é efetivo até a hora que é finalizado. O **Sr. Waldir Duarte Costa (CERH-PE)** lembrou que é importante conhecer a potabilidade e disponibilidade de águas superficiais e subterrâneas em cada bacia para formação do plano diretor. O **Sr. Francisco Leal (CREA-PI)** denunciou a falta de vontade política para a implantação dos CBH dos rios Piauienses. Disse que Teresina tem 800 mil habitantes e apenas 13% de esgotamento sanitário. Sugeriu que uma das soluções seria a análise e efetiva utilização das resoluções sobre águas. O **Sr. José Raimundo Neto (CREA-PI)** disse que a construção de cisternas para abastecimento humano é a melhor solução devido a disposição das casas da região, aumentando a qualidade de vida para as pessoas do semi-árido. Explicou que um projeto de cisternas abrange grande quantidade de pessoas e é mais barata. O **Sr. Paulo Lages (SEMAR-PI)** disse que o devido abastecimento da população faz com que as famílias permaneçam em seu local de origem em detrimento de buscarem melhores condições nas grandes capitais, impedindo que esses migrantes caiam na marginalidade. O **Sr. Ronildo Castelo Branco (CREA-PI)** agradeceu a oportunidade e ficou menos angustiado por saber que ocorrem perfurações clandestinas em outros estados. Disse que só é dada a outorga e a licença se o perfurante possui cadastro. Disse que só existem 19 técnicos para fiscalizar todo o estado. O **Sr. Gerardo Pires de Sousa (STPUE-PI)** falou sobre a importância e a necessidade da fiscalização. Disse que com 45 mil Reais é possível fazer um poço em qualquer local, em 24 horas, sem nenhum critério técnico, vide poços feitos ao lado de fossas sanitárias. Expôs que a construção de cisternas não alcança as necessidades do homem do campo. Exemplificou a necessidade da água chegar aos produtores de castanha e caju, e sugeriu a construção de barragens para atingir esse objetivo. A **Sra. Thereza Christina (ONG)** disse que o FONASC.CBH e o CREA-PI possuem um termo de cooperação técnica e sugeriu que o mapeamento dos aquíferos e suas áreas de recarga fosse feito pelo CREA-PI devido a sua disponibilidade de recursos humanos e infra-estrutura para encampar esse projeto. O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** sugeriu a proposição de uma moção alertando a necessidade do mapeamento. Disse que a clandestinidade deve ser coibida com uma legislação eficiente, que possibilite o fechamento de poços e a emissão de multas. Disse que a situação de existir 30 mil poços sendo apenas 600 outorgados é justificativa suficiente. O **Sr. Waldir Duarte Costa (CERH-PE)** se colocou contra a proposta de o CREA-PI fazer o mapeamento. A CPRM é o órgão de mapeamento do estado e possui condições para esse projeto. O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** falou sobre as resoluções CNRH números 15 e 22 que falam sobre gestão da bacia e como inserir as águas subterrâneas no plano de bacia, respectivamente. Agradeceu aos

155apresentadores, dizendo que a Câmara fortalece seus argumentos ouvindo as problemáticas
156existentes nos estados quanto a gestão de águas subterrâneas. Fechou a primeira parte da reunião
157e, após pausa para o almoço, retornou ao *Item 1 – Abertura / Informes da Presidência*. Falou
158sobre o Encontro Nacional de Colegiados Ambientais – ENCA, nos dias 16, 17 e 18 de outubro
159de 2007, em Brasília. Posteriormente, seguiu ao *Item 2 – Aprovação da Ata da 56ª Reunião*, a
160qual foi aprovada com modificações. O **Sr. Wilson A. Bonança (IRRIGANTES)** disse que
161enviou uma justificativa para sua ausência na última reunião. O **Sr. Daniel Martinelli Duarte**
162disse que o regimento não possui a possibilidade de justificativa. Informou que o segmento, por
163meio de seu conselheiro, possui a opção de enviar um representante substituto no caso de
164impossibilidade momentânea do representante efetivo. O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)**
165pediu apresentar a tabela de frequência dos segmentos participantes da CTAS. O **Sr. João**
166**Clímaco (ONG)** disse que a sociedade civil continua com as mesmas expectativas de antes.
167Reclamou que as reuniões anteriores não renderam o resultado esperado pela sociedade,
168principalmente sobre a gestão das águas subterrâneas no Paraná. Citou as funções de Câmara
169Técnica e que é sua obrigação apurar os fatos relatados em suas reuniões. Disse que as Câmaras
170são um instrumento para prática das políticas públicas. Pediu para que o caso do aquífero
171cárstico paranaense fosse incluído na próxima reunião. A **Sra. Maria Luiza Ramos (CERH-**
172**MG)** disse que a discussão sobre o caso do Paraná já se prolongou além do necessário e
173existiram resultados satisfatórios como o seu encaminhamento ao CERH-PR e SANEPAR. O **Sr.**
174**João Clímaco (ONG)** disse que não se chegou a um consenso sobre o assunto. O **Sr. João**
175**Simanke de Souza (OTEP)** disse que o Sr. Everton não pode comparecer à reunião, mas enviou
176um email com a ata da Reunião ocorrida no CERH-PR, em sua Câmara de Águas Subterrâneas,
177devido aos problemas com a gestão do aquífero cárstico da região. Leu o email e a respectiva ata.
178A **Sra. Maria Luiza Ramos (CERH-MG)** disse que as ações da CTAS atenderam totalmente o
179assunto do Paraná, inclusive reativando a CTAS estadual pela demanda apresentada pelas ONG,
180em reunião anterior. O **Sr. Elcio Linhares (CERH-SP)** relatou que a perfuração, no estado de
181São Paulo, é proibida nas áreas para onde a zona urbana tende a crescer. Sugeriu que a CTAS
182prepare uma proposta de Resolução específica para o aquífero tipo carste. O **Sr. Waldir Duarte**
183**Costa (CERH-PE)** comentou sobre a Lei nº11445/07 – chamada Lei do saneamento, que proíbe
184qualquer outra fonte de recursos hídricos para abastecimento, se não as tubulações da empresa de
185saneamento, nas localidades prediais. Disse que seu artigo 45 pode proibir a perfuração de poços
186como fonte alternativa, influenciando a gestão. O **Sr. Osmar José Gualdi (COMITÊS)** alertou
187que a proibição favorece a clandestinidade na perfuração de poços como fonte alternativa. A
188**Sra. Maria Luiza Ramos (CERH-MG)** disse que existe um parecer jurídico do IGAM
189sugerindo a inconstitucionalidade dos artigos relacionados a esse impedimento. Falou que a
190portaria nº 518 do Ministério da Saúde admite abastecimento alternativo. O **Sr. Nédio Carlos**
191**Pinheiro (CERH-MT)** sugeriu que se fizesse uma moção de repúdio ao artigo 45 da referida
192Lei. O **Sr. Osmar José Gualdi (COMITÊS)** disse que o faturamento mensal em condomínios é
193altíssimo e foge da tarifa progressiva. Concordeu com a proposta de moção do Sr. Nédio. Falou
194que a perfuração de poços acontece de acordo com a necessidade de captação de água.
195Posteriormente, O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** passou ao *Item 4 – Apreciação da*
196*solicitação do segmento Indústrias sobre a proposta de Resolução “Classificação e Diretrizes*
197*Ambientais Para o Enquadramento de Águas Subterrâneas”(CONAMA)*. A **Sra. Maria Luiza**
198**Ramos (CERH-MG)** falou que a proposta de resolução CONAMA sobre classificação e
199diretrizes para enquadramento não tem sido acompanhada pela CTAS. O **Sr. João Simanke de**
200**Souza (OTEP)** disse que o Sr. Everton foi nomeado para representar a CTAS nas reuniões do
201Grupo de Trabalho referido, mas que não pôde ir por motivos institucionais. A **Sra. Elza de**
202**Abreu Costa (PRESTADORAS)** sugeriu que os pontos de conflito existentes na proposta
203fossem discutidos na CTAS. O **Sr. Waldir Duarte Costa (CERH-PE)** concordou e disse não
204haver tempo hábil para rever a proposta CONAMA completamente. A **Sra. Maria Luiza Ramos**
205**(CERH-MG)** disse existir conflitos de competência para a concessão de outorga. Falou que
206todos deveriam ler a proposta. Falou que alguém que participou das reuniões poderia trazer os

207 artigos polêmicos para a CTAS rever. O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** disse que a
208 competência para discutir a proposta de Classificação de águas subterrâneas é do CONAMA e
209 que a CTAS não foi oficialmente convocada para participar dessa revisão. Encerrou assim o
210 primeiro dia de reunião. No dia 29 de agosto de 2007 reiniciou a reunião às 9h. Iniciou-se o
211 *Item 5 – Continuidade das discussões sobre a proposta de Resolução “Diretrizes Para Proteção*
212 *e Conservação de Águas Subterrâneas”*; pelo artigo 10, que fala sobre poços abandonados. O **Sr.**
213 **Waldir Duarte Costa (CERH-PE)** Disse que o adjetivo selado é sinonimo de cimentado, o qual
214 deveria ser feito apenas com cimento, mas pode-se utilizar 80% cimento e 20% argila, para
215 preenchimento do espaço anelar. Disse que quando o poço é mal selado, a água salina preenche o
216 espaço anelar e ocorre a contaminação. Disse que o processo de selagem deve ser feito sob
217 pressão para garantir a ocupação do espaço anelar. O **Sr. Eduardo Bessa (PETROBRAS)**
218 relatou que no caso do petróleo, é feito a selagem do espaço anelar na hora da construção do
219 poço. O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** explicou que poço improdutivo, justificativa da
220 selagem, é aquele em que o volume ou vazão não atende a nenhum uso. A **Sra. Maria Luiza**
221 **Ramos (CERH-MG)** sugeriu não especificar qual será a norma técnica utilizada para a selagem,
222 pois existem várias formas viáveis e eficientes. O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** disse
223 que existe uma técnica em que se continua a bombear o poço contaminado por águas da cunha
224 salina para evitar o seu avanço em direção a outros poços. **Sr. Waldir Duarte Costa (CERH-**
225 **PE)** falou que essa técnica não é mais utilizada. Falou que, atualmente, ocorre a injeção de água
226 no aquífero para empurrar a cunha salina em direção ao mar. O **Sr. Wilson A. Bonança**
227 **(IRRIGANTES)** disse que podem ser utilizadas situações práticas da gestão do Aquífero
228 Guarani para as discussões da CTAS. Relatou que houve uma solicitação do presidente da CTAS
229 de São Paulo, nesse sentido. O **Sr. Elcio Linhares (CERH-SP)** disse que o órgão ambiental não
230 faz licenciamento sem especificação da origem das águas utilizadas. Disse que existe uma
231 preocupação em saber o risco de fontes poluentes. Falou que uma presença de área contaminada,
232 próxima ao poço, é um forte argumento para sua selagem. O **Sr. Waldir Duarte Costa (CERH-**
233 **PE)** versou que o assunto “área contaminada” está prevista no artigo 11 e pediu a supressão do
234 parágrafo. O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** abriu a votação pela sua supressão que
235 venceu por 7 votos. O **Sr. Eduardo Bessa (PETROBRAS)** disse que a utilização de águas
236 subterrâneas, em áreas de cemitério e postos de abastecimento de combustíveis, já possuem
237 resolução específica. O **Sr. Elcio Linhares (CERH-SP)** disse que no caso de postos de
238 combustíveis, mesmo que a vazão seja baixa, tem de existir outorga de direito de uso. O **Sr.**
239 **Waldir Duarte Costa (CERH-PE)** passou para o artigo 11, dizendo ser contra a recarga de
240 aquíferos. O **Sr. Elcio Linhares (CERH-SP)** sugeriu utilizar a definição de recarga artificial da
241 resolução da CPRM, que trata também de injeção de produtos descontaminantes. Disse para
242 discutir o assunto com a CTIL. Falou que a recarga artificial não é tratada no processo de
243 licenciamento, o qual é necessário para a concessão de outorga. Disse que há necessidade de ação
244 em pontos de contaminação. O **Sr. Luiz Henrique Guimarães (CERH-BA)** pediu para retirar
245 “órgão gestor” do § 1º. **Sr. Waldir Duarte Costa (CERH-PE)** discordou, porque “órgão gestor”
246 é a especificação do responsável pelos estudos. O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** disse
247 que o órgão gestor está carregado de responsabilidades. A **Sra. Laestanslaula Sousa da Silva**
248 **(SRHU/MMA)** disse que o estado pode promover a gestão e os estudos com a ajuda da União. O
249 **Sr. Elcio Linhares (CERH-SP)** disse que o monitoramento é um procedimento custoso para o
250 governo estadual, seria mais fácil passar essa responsabilidade ao particular ou empreendedor. O
251 **Sr. Wilson A. Bonança (IRRIGANTES)** disse que é pertinente colocar o órgão gestor como
252 responsável. A responsabilidade de estudos geológicos pormenorizado tem de ser estadual.
253 Falou que o órgão gestor tem de estar minimamente preparado para resolver os problemas que
254 surgirem. Devido ao avançado da hora, o **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** passou ao *Item 6*
255 *– Assuntos Gerais*. O **Sr. Paulo Lages (SEMAR-PI)** e o **Sr. Avelar Damasceno Amorim**
256 **(AEAPI)** comentaram sobre a proposição de uma moção de apoio a criação do Comitê do Rio
257 Parnaíba, que deve seguir de acordo com a resolução 05. O **Sr. João Simanke de Souza**
258 **(OTEP)** disse que recebe a proposta em nome da CTAS e procederá com os encaminhamentos

259necessários. O Sr. **João Simanke de Souza (OTEP)** agradeceu a presença de todos e não mais
260tendo intencionalmente de pauta a tratar encerrou a 56ª Reunião CTAS / CNRH a qual se extraiu esta ata
261que será lida e aprovada pelos membros participantes da próxima Reunião.

262

263 ATA APROVADA NA 59ª REUNIÃO, REALIZADA NOS DIAS 26 E 27 DE FEVEREIRO DE 2008.

264

265

JOÃO CARLOS SIMANKE DE SOUZA

DANIEL MARTINELLI DUARTE

Presidente da CTAS

Relator

266